



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

PARECER Nº 14/2020/CE/GM

PROCESSO Nº 00190.100855/2017-04

INTERESSADO: [REDACTED]

ASSUNTO: CONSULTA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PRIVADA DE MAGISTÉRIO

Prezados(as) Membros da Comissão de Ética,

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de Consulta sobre a existência de potencial conflito de interesses no exercício de atividade privada de magistério, protocolado em 05/03/2020, no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses - SeCI, sob o nº 00096.007903/2020-51, pelo Auditor Federal de Finanças e Controle, atualmente lotado na [REDACTED],

2. Na solicitação apresentada na forma do art. 2º, inciso II, da Portaria Interministerial nº 333/2013, o requerente indicou as seguintes respostas no formulário disponibilizado:

Protocolo:

Tipo Solicitação: Consulta 00096.007903/2020-51

1 - Sua dúvida tem relação com qual (quais) das situações que podem configurar conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, descritas no art. 5º da Lei nº 12.813/2013:

NÃO SEI IDENTIFICAR.

2- Descreva a atividade que você pretende exercer fora da administração pública ou a situação que suscita sua dúvida:

Ministrar aos sábados o curso "Auditoria no setor Público: o mundo além dos achados", turma ABERTA de 8 HA, pela empresa CrossOver Brazil Consulting e Auditing, tendo como público alvo profissionais de auditoria interna e de controle interno, privados ou das esferas federal, estadual e municipal, bem como para estudiosos do tema. É um curso sobre prática de atividade de auditoria, com aspectos aplicados, em especial para a fase após a conclusão dos testes de auditoria. O convite para esse curso se deve não só a minha formação acadêmica ([REDACTED]), mas a minha experiência na reestruturação dos órgãos de auditoria interna citados e nos quais tive essa interação formativa.

3 - Você estaria vinculado a outra pessoa, empresa, associação ou organização durante o exercício dessa atividade ou enquanto perdurar essa situação? Se sim, indique o CPF ou CNPJ da pessoa, o tipo de vínculo e demais informações sobre essa pessoa que considera importantes.

Sim

CPF/CNPJ: [REDACTED]

Docente esporádico, sem vínculo trabalhista

4 - Essa pessoa física ou jurídica mantém algum vínculo com o órgão ou entidade em que você trabalha? Se sim, descreva-o.

Não

5 - Quais são as atribuições de seu cargo ou emprego público?

Auditor Federal de Finanças e Controle, conforme legislação específica.

6 - Quais atividades você exerce efetivamente em sua atual lotação?

Após quatro anos cedido como Auditor Interno da [REDACTED], Auditor Interno da [REDACTED] e como Assessor Especial da [REDACTED], retornei a CGU-[REDACTED] em janeiro de 2020 e fui alocado no [REDACTED], cuidando da gestão das atividades de capacitação interna, do Programa Capacita, das ações de comunicação social, bem como de apoio as atividades administrativas relativas aos

processos que chegam para a chefia da Regional e mapeamentos e indicadores de fluxos de trabalho. Cabe registrar que uma das condições para que eu ministre as aulas é que servidores em exercício na CGU não façam o referido curso. Da mesma forma, informo que nas minhas atuais atribuições, não tenho relação direta com o processo de execução de auditorias nas unidades na área [REDACTED], não compondo equipes, me atendo a atividades acessórias, como controle de ordens de serviço, de publicação de relatórios e outras que não adentram no mérito e nas decisões desses trabalhos. Entretanto, cabe registrar que esse é um curso operacional, de técnicas de auditoria.

7 - Você lida ou tem acesso a informações sigilosas ou privilegiadas no exercício de seu cargo ou emprego público? Se sim, descreva-as.

Sim, por conta de ter acesso ao SEI da CGU-[REDACTED]

8 - No desempenho de sua função pública você exerce poder decisório (de forma individual ou enquanto membro de colegiado) capaz de interferir (positiva ou negativamente) nos interesses de pessoa física ou jurídica com quem pretende se relacionar em âmbito privado? Se sim, descreva essa possível interferência.

Não

9 - Descreva como a situação que suscita sua dúvida ou a atividade que você pretende exercer poderia gerar um conflito entre seus interesses privados e o exercício de sua função pública.

A solicitação se dá em função do contido no Parágrafo Único, do Art. 6, da Orientação Normativa 02/CGU/2014.

10 - A partir das informações prestadas, você gostaria de receber:

Autorização

3. O requerente declarou que **está em exercício fora** do órgão de origem, que **ocupa cargo em comissão**, que **lida ou tem acesso** a informações sigilosas ou privilegiadas em razão do cargo que ocupa e **não** exerce poder decisório capaz de interferir nos interesses de pessoa física ou jurídica com quem pretende se relacionar. O requerente incluiu o seu currículo lattes na requisição no sistema SeCI.

4. Os elementos apresentados oferecem uma descrição suficiente para a emissão de opinião quanto ao potencial conflito de interesse envolvendo o caso em tela, atendendo aos requisitos de admissibilidade contidos no art. 3º da Portaria Interministerial nº 333/2013, quais sejam: (i) a identificação do interessado, (ii) referência a objeto determinado e diretamente vinculado ao interessado; e (iii) a descrição contextualizada dos elementos que suscitam a dúvida.

II. FUNDAMENTAÇÃO

5. Considerando que o caso concreto envolve consulta sobre a existência de potencial conflito de interesses, mais especificamente, com relação à prestação de serviços de magistério, conforme declaração do servidor preliminarmente expostas, registro como aplicáveis a todos os servidores da CGU, dentre outras, as disposições da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, no que diz respeito à vedação de atuação em casos de conflito de interesses, da Orientação Normativa CGU nº 02, de 9 de setembro de 2014, em relação à atividade de magistério, bem como à vedação da utilização de informação privilegiada em qualquer atuação; e os termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os quais tratam do dever dos servidores de guardar sigilo sobre *assunto da repartição* (art. 116) e da proibição de *revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo* (art. 132, inciso IX).

6. Apresentados os elementos fáticos referentes ao caso, cumpre-nos efetuar a análise a respeito da existência ou não de conflito de interesses relevante. Nesse sentido, cabe salientar que a análise e manifestação restringem-se a esse escopo.

7. A Lei nº 12.813, de 2013, em seu art. 3º, afirma que conflito de interesses ocorre quando os interesses particulares do agente público possam comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

Art. 3º-Para os fins desta Lei, considera-se:

I - conflito de interesses: a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o

desempenho da função pública; e

II - informação privilegiada: a que diz respeito a assuntos sigilosos ou aquela relevante ao processo de decisão no âmbito do Poder Executivo federal que tenha repercussão econômica ou financeira e que não seja de amplo conhecimento público. (grifo nosso)

8. Em seu artigo 4º, a referida Lei impõe aos servidores o dever de agir de modo a prevenir ou impedir possível conflito de interesses no desempenho da função pública, sendo que o conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público.

Art. 4º O ocupante de cargo ou emprego no Poder Executivo federal deve agir de modo a prevenir ou a impedir possível conflito de interesses e a resguardar informação privilegiada.

§ 1º No caso de dúvida sobre como prevenir ou impedir situações que configurem conflito de interesses, o agente público deverá consultar a Comissão de Ética Pública, criada no âmbito do Poder Executivo federal, ou a Controladoria-Geral da União, conforme o disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei.

§ 2º A ocorrência de conflito de interesses independe da existência de lesão ao patrimônio público, bem como do recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público ou por terceiro. (nosso grifo)

9. Avançando, em seu artigo 5º, a Lei estabelece as situações que configuram conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

Art. 5º Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;

II - exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

IV - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;

VI - receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

VII - prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

Parágrafo único. As situações que configuram conflito de interesses estabelecidas neste artigo aplicam-se aos ocupantes dos cargos ou empregos mencionados no art. 2º ainda que em gozo de licença ou em período de afastamento. (nosso grifo)

10. No caso específico do exercício de atividades de magistério, vigora a Orientação Normativa CGU n.º 02, de 9 setembro de 2014, citada pelo requerente, aplicável aos agentes públicos do Poder Executivo federal.

11. A norma prevê como regra a possibilidade do exercício do magistério por agente público, desde que respeitadas as normas de compatibilidade de horários, de acumulação de cargos e empregos públicos e a legislação específica aplicável ao regime jurídico e à carreira do agente público, como se vê:

Art. 2º É permitido o exercício de atividades de magistério por agente público, respeitadas, além do disposto na Lei nº 12.813, de 2013:

I - as normas atinentes à compatibilidade de horários;

II - as normas atinentes à acumulação de cargos e empregos públicos; e,

III - a legislação específica aplicável ao regime jurídico e à carreira do agente.

§ 1º Por magistério, para fins desta Orientação Normativa, compreendem-se as seguintes atividades, ainda que exercidas de forma esporádica ou não remunerada:

I - docência em instituições de ensino, de pesquisa ou de ciência e tecnologia, públicas ou privadas;

II - capacitação ou treinamento, mediante cursos, palestras ou conferências; e

III - outras correlatas ou de suporte às dos incisos I e II deste parágrafo, tais como funções de coordenador, monitor, preceptor, avaliador, integrante de banca examinadora de discente, presidente de mesa, moderador e debatedor, observada a proibição do art. 117, X da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Não se inclui entre as atividades de magistério a prestação de consultoria.

§ 3º Para efeitos dos incisos I e II do caput deste artigo, no tocante aos servidores estatutários, deve ser especialmente observado o disposto no Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e na Portaria Normativa SEGEP/MP nº 2, de 12 de março de 2012. (nosso grifo)

12. No caso em tela, o servidor informou pretende realizar ministrar curso de "Auditoria no setor Público: o mundo além dos achados", turma ABERTA de 8 HA, pela empresa CrossOver Brazil Consulting e Auditing, tendo como público alvo profissionais de auditoria interna e de controle interno, privados ou das esferas federal, estadual e municipal. Inicialmente, poderia considerar mero exercício de atividades de magistério por agente público conforme a [Orientação Normativa CGU nº 02](#), de 2014, que dispõe sobre o exercício de atividades de magistério por agentes públicos do Poder Executivo federal. Porém, devido ao fato do público alvo ter em sua composição agentes públicos e particulares responsáveis pela aplicação de recursos públicos, que a referida empresa está no planejamento de cursos a serem contratados pela SFC em 2020, e que os assuntos a serem tratados versam sobre temas afetos às atribuições funcionais no âmbito da CGU, recai-se no impedimento contido no risco de termos servidores públicos da CGU e de órgãos e entidades aos quais a CGU tem por missão institucional de prestar capacitações nos mesmo assuntos descritos pelo requerente. O caso requer cuidados pois podemos ter servidores aos quais, por falta de capacidade operacional, negamos a capacitação requerida e que podem encontrar o servidor da CGU prestando as mesmas capacitações em atividade paga.

13. Deve-se levar em consideração também que a CGU, em decorrência da publicação da IN Conjunta MP/CGU nº 01/2016, por meio da SFC, iniciou, em meados de 2016, a realização de capacitações, com o objetivo de auxiliar a gestão federal na implementação, monitoramento e revisão dos controles internos da gestão. O público alvo principal é a administração pública federal (direta e indireta). Normalmente, as instituições demandam a capacitação ao Gab/SFC, que de acordo com a capacidade operacional e com o planejamento operacional para o exercício, atende no todo (turma específica) ou em parte a demanda de capacitação (ex.: cede vagas em turma já planejada).

14. Nos termos da presente solicitação, apesar do servidor ter declarado **não exercer poder decisório** capaz de interferir nos interesses de pessoa física ou jurídica com quem pretende se relacionar (item 8 do formulário), devido ao fato de as aulas serem voltadas para um público específico que possa ter interesse na decisão do agente público, bem como que a atividade pode ser desenvolvida em ações institucionais desta CGU, entendo que, no caso específico de **aulas voltadas a agentes públicos sobre temas de interesse da CGU, incluindo, possivelmente, colegas da CGU e de entidades às quais a CGU tem, por missão institucional, de instruir nos mesmos assuntos a serem dados em atividade paga ao requerente**, a existência de **potencial conflito de interesses**, vez que o exercício da atividade privada pode levar ao comprometimento da função pública.

15. Dito isso, verifica-se, nos termos dos incisos III do artigo 5º da Lei de Conflito de Interesses, que a atuação do servidor nas atividades em tela tem potencial relevante para configurar conflito de interesses, pois seria realizar a atividade de realizar cursos em caráter particular remunerado com atividade - magistério - que seria interesse institucional e prestado às mesmas pessoas e organizações em que se tem a missão de prestar o mesmo serviço.

16. Registre-se, por fim, que o presente parecer se dá em sede de análise preliminar, a partir das informações prestadas pelo requerente, tendo em vista a função consultiva e preventiva da Comissão de

Ética da CGU. Isso porque situações divergentes das informadas e que possam caracterizar infrações à Lei nº 12.813/2013, com seus respectivos fatos probatórios, estão sujeitas à devida apuração disciplinar pela área competente.

III. CONCLUSÃO

17. Diante do exposto, nos termos do inciso IV do art. 8º da Lei nº 12.813, de 2013, regulamentado pela Portaria MP/CGU nº 333/2013, orienta-se ao servidor que, em razão de potencial relevante de configuração de conflito de interesses, dada a situação fática apresentada, se abstenha de atuar como instrutor em curso o curso "Auditoria no setor Público: o mundo além dos achados", turma aberta, pela empresa CrossOver Brazil Consulting e Auditing. Esclarece-se que, frente ao caso concreto apresentado, não se vislumbra possibilidade de mitigação do potencial conflito de interesses identificado.

18. Haja vista o interesse desta Comissão de Ética em prover aos servidores a melhor orientação, sugere-se que ao registro da decisão no SeCI seja anexado o presente Parecer.

19. É o parecer.

20. À Comissão de Ética para apreciação e deliberação.

LAURENT NANCYM CARVALHO PIMENTEL
Membro, Relator

EXTRATO DE DELIBERAÇÃO

Certifico que a Comissão de Ética deliberou sobre o processo acima e aprovou, por unanimidade, o Parecer 14/2020/CE em reunião não presencial ocorrida em 20/03/2020. Tal decisão, cujo resumo a seguir será publicado na página da Comissão na IntraCGU, foi pelo não exercício da atividade privada pretendida, nos termos do § 4º do art. 6º da Portaria MP/CGU nº 333/2013.

Trata-se de processo instaurado por servidor(a) com Pedido de Autorização para o exercício de atividade de instrutor em capacitação. Em princípio, o relator entendeu que os elementos apresentados pelo(a) servidor(a) oferecem uma descrição suficiente para a emissão de opinião quanto a potencial conflito de interesse, conforme requisitos do art. 3º da Portaria Interministerial MP/CGU n. 333/2013. Adiante, à luz das informações prestadas e a fim de prevenir situação que possa comprometer interesse coletivo ou influenciar de maneira imprópria o desempenho da função pública, orientou-se ao(à) servidor(a) que se abstenha de atuar na atividade requerida, haja vista, os termos do inciso III do art. 5º da Lei de Conflito de Interesses. A Comissão decidiu por unanimidade aprovar o parecer do relator.

CÉSAR FONSECA RAMALHO
Secretário-Executivo da Comissão de Ética



Documento assinado eletronicamente por **LAURENT NANCYM CARVALHO PIMENTEL**, **Membro Titular da Comissão de Ética**, em 20/03/2020, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **CÉSAR FONSECA RAMALHO**, **Secretário-Executivo da Comissão de Ética**, em 20/03/2020, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 08 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 1434382 e o código CRC E47E5658

Referência: Processo nº 00190.100855/2017-04

SEI nº 1434382